



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - CEP 77.001-036 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br/>
Anexo I do Tribunal

Edital nº 355 / 2026
PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/SEDCC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026 - UASG 925814		
COMPRASGOV N.º 90033/2026		
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE KIT INSTITUCIONAL COMPOSTO POR AGENDA/PLANNER, ACOMPANHADA DE CANETA METÁLICA PERSONALIZADA	
SRP? NÃO	VALOR ESTIMADO: R\$ 196.360,00 (cento e noventa e seis mil, trezentos e sessenta e reais)	
DATA DA ABERTURA DO CERTAME: 02/07/2026, às 13:30 horas Sítio Eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br		Pregoeiro: Agno Paixão Saraiva
Vistoria? () SIM (x) NÃO	Amostra/Protótipo? (X) SIM () NÃO	Atestado de Capacidade Técnica: (X) SIM () NÃO
AMPLA PARTICIPAÇÃO		
Pedido de Esclarecimento e Impugnações: Até dia 29/06/2026 Endereço eletrônico: cpl@tjto.jus.br		Pregoeiro, Agente de Contratação e Equipe de Apoio: Comissão de Licitação - COLIC (Anexo I do TJTO), Ed. Amaro Empresarial, Quadra 103 Norte, Rua NO-11, Lote 2, 7º Andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.001-036, Telefone: (63) 3142-1441 e e-mail: cpl@tjto.jus.br .
Telefone em caso de dúvidas ou problemas técnicos relacionados à utilização do Portal de Compras do Governo Federal: 0800-978-9001 .		

ATENÇÃO

A Administração Pública ficará obrigada a autuar processo administrativo para apuração de falta e aplicação de sanções contra todas as empresas que pratiquem os atos tipificados nos artigos n.º 155 e 156 da Lei 14.133/2021.

Alerta-se para que a licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos, devendo formular sua proposta/lance firme e seguro possibilitando seu cumprimento.

A prática injustificada de atos tipificados no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 tais como não manter a proposta e/ou deixar de enviar documentação exigida, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante às sanções, apuradas em regular processo administrativo.

Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ainda ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).

Acompanhe as sessões públicas realizados por esta Corte de Justiça pelo endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “925814”. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Sistema Comprasgov ou baixados através do sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins pelo link: <https://www.tjto.jus.br/informacoes/licitacoes>

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/ 2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 26.0.000003591-1

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, UASG 925814, doravante denominado TJ/TO, torna público aos interessados, através da Divisão de Contatos e Convênios/Serviço de Elaboração de Editais, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023, Resolução do CNJ n.º 229, de 22 de junho e 2016, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 26.0.000003591-1, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE KIT INSTITUCIONAL COMPOSTO POR AGENDA/PLANNER, ACOMPANHADA DE CANETA METÁLICA PERSONALIZADA**.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br, pelo pregoeiro Agno Paixão Saraiva, designado, na qualidade de Agente de Contratação, pela Portaria nº 769, de 27 de fevereiro de 2025.

DATA: 02/07/2026

HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF: 13:30 h

SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE KIT INSTITUCIONAL COMPOSTO POR AGENDA/PLANNER, ACOMPANHADA DE CANETA METÁLICA PERSONALIZADA, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

1.2 - A licitação será realizada em um único item.

1.3 - O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados, desde que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pelo Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao responsável pelo provimento do sistema, junto ao qual também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e operação, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJ/TO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.2.1 – tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.2.2 – estejam impedidas de licitar e contratar com o Estado do Tocantins, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.2.3 – tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o TJ/TO, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.2.4 – estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.2.5 – pessoas físicas ou jurídicas que incidam na hipótese de impedimento prevista no inciso IV do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, observando-se, em especial, o inciso VI do art. 2º da Resolução nº 7, de 2005, do Conselho Nacional de Justiça;

2.2.6 - das quais participe, na condição de gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico, servidor integrante do Quadro de Pessoal do TJ/TO;

2.2.7 - se encontrem em processo de dissolução ou liquidação;

2.2.8 - constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.2.9. em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

2.3 – A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.3.1 – SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), disponível no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>;

2.3.2 – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.3.3 – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

2.3.4 - Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

2.3.5 – É vedada a disputa em licitação ou participação na execução contratual de qualquer das pessoas físicas ou jurídicas referenciadas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.4 – Considerando a sistemática da plataforma Compras.gov.br acerca do sigilo da autoria das propostas, o Pregoeiro realizará a consulta de que trata o item 2.3 somente após a conclusão da fase de lances, momento no qual será revelada a identidade dos participantes do certame eletrônico.

2.5 – Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6 - As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.7 – Será vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição, conforme justificativa técnica e econômica constante do item 2.6 do Termo de Referência.

2.8 – Para fins de enquadramento da licitante como ME/EPP deverá ser observado o disposto no Capítulo VII deste edital, aplicando-se, no que couber, as disposições do Decreto Federal nº 8.538/2015.

2.9 – Os documentos apresentados nesta licitação deverão conter os números de CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto e que poderão emitir, em decorrência, ao longo da vigência do contrato, as notas fiscais que serão apresentadas a pagamento.

2.10 - Para fins desta licitação, considera-se microempresa e empresa de pequeno porte o microempreendedor individual, nos termos do art. 1º do Decreto n. 8.538/2015.

CAPÍTULO III – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.1 – A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço unitário de cada item**, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento do objeto a ser contratado, conforme especificações constantes dos anexos deste edital.

3.2.1 – Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

3.3 – Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

3.4 – O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado, a critério da licitante, às informações complementares da proposta, observando-se prazos e condições de execução do objeto definidos no presente ato convocatório.

3.4.1 - A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

3.5 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

3.5.1 - Para a efetivação do cadastro da proposta, a licitante deverá observar os campos do sistema eletrônico relativos às declarações de atendimento aos requisitos de habilitação e de conformidade da proposta com as exigências do edital.

3.6 – A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

3.7 – Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta e/ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

3.8 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

3.9 – As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.9.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.10 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO IV – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

4.1 – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

4.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

4.3 – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

4.6 – O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

4.7 – O Pregoeiro desclassificará a proposta que identifique o licitante.

4.7.1 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

4.7.2 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

4.8 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

CAPÍTULO V – DO INÍCIO DA DISPUTA, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

5.1 - A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa **“aberto e fechado”**, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

5.2 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.3 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.4 - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até 10% por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.4.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.5 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).

5.5.1 - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o

encerramento deste prazo.

5.6 - Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

5.7 - A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 5.8.

5.8 - Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

5.8.1 – proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

5.8.2 - proposta com preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis;

5.9 – Serão considerados preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

5.10 – Mediante decisão fundamentada registrada no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 5.8.

5.11 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

5.11.1 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 5.3 deste Edital.

5.12 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

5.12.1 – Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de 0,10% (um décimo por cento).

5.13 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

5.14 – Havendo empate entre as ofertas, nos itens de ampla concorrência, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

5.14.1 - Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

5.14.2 - Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

5.15 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

5.15.1 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.16 – Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

5.16.1 – A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

5.17 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.18 - Se ocorrer à desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.19 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.21.1 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.2 - Conforme art. 8º da Resolução TJTO n.º 15/2024, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, serão consideradas ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nesta ordem:

I - medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

II - ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

III - igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

IV - práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

V - programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

VI - ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros

5.21.3 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.22 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

5.22.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

5.22.2 - O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.22.3 - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

5.23 – Finalizada a negociação o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.1 - É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.23.

5.24 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CAPÍTULO VI – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.1 - Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.2 - Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

6.3 – Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.3.1 – Encerrada a fase de lances, caso a melhor proposta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada mais bem classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

b) não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.3.2 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

6.4 - Constatado o extrapolamento do limite de enquadramento, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

6.4.1 - Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO VII – DO JULGAMENTO

7.1 – O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

CAPÍTULO VIII – DA VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE OU DA PROVA DE CONCEITO

8.1 - Para fins de aceitação do objeto, poderá ser exigida da licitante provisoriamente vencedora a apresentação de amostra de 01 (uma) unidade do item contratado, com a finalidade de verificação da qualidade do material, acabamento, impressão e conformidade com as especificações previstas neste Termo de Referência.

8.1.1 - O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação da amostra anteriormente à adjudicação, devendo a licitante provisoriamente vencedora apresentá-la no prazo improrrogável de até **7 (sete) dias úteis**, contados da solicitação, sob pena de desclassificação e aplicação das sanções cabíveis.

8.2 - As amostras apresentadas deverão ser entregues na Diretoria do Comunicação do TJTO do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins - Praça dos Girassóis, Plano Diretor Norte, CEP 77.015-007, Palmas/TO, telefone para contato [\(63\) 3142-2076](tel:63-3142-2076), sem ônus adicionais.

8.3 - No caso de não haver entrega da amostra, ou ocorrer atraso na entrega sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, a proposta será desclassificada/recusada.

8.4 - Caso a amostra seja reprovada, a proposta será recusada e, obedecidas a ordem de classificação, será convocada a próxima licitante classificada para negociação; caso o seu preço esteja dentro da margem orçamentária da Administração, a licitante apresentará a sua amostra, estando esta sujeita às mesmas condições e assim sucessivamente.

8.5 - Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, sendo devolvidas à licitante no estado em que se encontrar após avaliação técnica, não gerando direito a ressarcimento.

8.6 - A amostra apresentada não será computada para fins contratuais, devendo ser retirada pela licitante no prazo de até 2 (dois) dias após a conclusão da análise.

8.7 - Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.8 – As demais disposições estabelecidas no item 3.2 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

CAPÍTULO IX – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1 – O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.1.1 – O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

9.1.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.1.3 – **A proposta deverá conter todas as características e especificações técnicas de forma clara e objetiva em conformidade com as especificações do edital.**

9.1.3.1 - **O Pregoeiro poderá diligenciar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos produtos/equipamentos ofertados.**

9.1.4 – A proposta ainda deverá conter:

a) número do Pregão Eletrônico, identificação social, número do CNPJ responsável pela execução do objeto, assinatura do representante legal da proponente, **número de telefone, endereço, dados bancários, e indicação de endereço eletrônico (e-mail);**

b) indicação do responsável pela assinatura do contrato, se for o caso, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular, com poderes para assinatura do instrumento, em nome da proponente;

c) indicação de preço em real, com indicação do **valor unitário e total do item, bem como o valor total da proposta**, em algarismos e por extenso, calculados com duas casas decimais;

9.1.5 - Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.1.6 – A proposta será desclassificada quando:

a) as especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

b) conter valores simbólicos, irrisórios ou manifestamente inexequíveis, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.1.7 - Para fins de análise técnica do objeto ofertado na proposta e sua conformidade às especificações do instrumento convocatório, será colhida manifestação do setor demandante da aquisição/contratação ou da área técnica especializada no objeto.

9.1.8 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o disposto no instrumento convocatório, assumindo a licitante o compromisso pela adequada execução do objeto.

9.1.9 - Os preços de referência estabelecidos pela Administração no Mapa de Preços devem ser observados pelo licitante, pois serão considerados os preços máximos a serem contratados pelo item e/ou grupo de itens, se for o caso.

9.1.10 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto os resultantes da etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.2 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).

9.2.1 – O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

9.2.2 - Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.3 – Se houver indícios de inexecuibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

CAPÍTULO X – DA HABILITAÇÃO

10.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

10.1.1 – Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.1.2 – Os documentos referidos no subitem anterior, constantes do SICAF, serão disponibilizados para acesso pelos interessados mediante link informado no chat da sessão pública no sistema *compras.gov.br*, em atendimento ao princípio da transparência

10.2 – Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

10.2.1 - A incompatibilidade entre o objeto social e o objeto certame dará causa a inabilitação da licitante.

10.3 – Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

10.3.1 – CAPACIDADE TÉCNICA:

a) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante forneceu adequadamente produto compatível com o objeto da presente licitação.

10.3.1.1 – Deverá constar no atestado, no mínimo, os seguintes dados do emitente: razão social e dados para contato; e do favorecido: razão social, número do CNPJ, objeto do contrato e dados para contato.

10.3.1.2 - É admitida a somatória de atestados de capacidade técnica sempre que inexistir motivo para a exigência de atestado único, independentemente da época de expedição ou localidade.

10.3.1.3 - É facultada à Comissão de Licitação, ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação relevante que deveria constar originariamente da proposta.

10.3.1.4 – Não serão considerados os atestados quando emitidos por pessoa jurídica de direito privado que integre, juntamente com a licitante, um mesmo grupo econômico ou empresarial.

10.3.1.4.1 - Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo econômico ou empresarial, as empresas controladas ou controladoras da empresa licitante, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.

10.3.2 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, conforme disposto no art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021 a habilitação será restrita a apresentação da seguinte documentação:

a) Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais.

a.1) Os documentos referidos na alínea ‘a’ limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

a.2) As licitantes criadas no exercício financeiro do presente certame deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizados a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Insolvência Civil, expedida no domicílio da pessoa física.

b.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/ 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.3.2.1 - Para fins de atendimento ao disposto na alínea “a” do item 11.3.2 deste edital, os documentos mencionados deverão ser apresentados da seguinte forma:

10.3.2.1.1 - Caso se trate de sociedade regida pela Lei Federal nº 6.404/1976 (sociedade anônima):

- a) Publicados em Diário Oficial;
- b) Publicados em jornal de grande circulação;
- c) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

10.3.2.1.2 - Caso se trate de sociedade por cota de responsabilidade limitada (LTDA) ou sociedade limitada unipessoal (SLU):

- a) Extraídos do Livro Diário, acompanhado de fotocópia do Termo de abertura e encerramento, devidamente autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

10.3.2.1.3 - Sociedade criada no exercício em curso:

- a) Cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio das licitantes.

10.3.2.1.4 - Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital (ECD), consoante disposições contidas no Decreto Federal nº 6.022/2007 e regulamentação editada pela Receita Federal do Brasil, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), na seguinte forma:

- a) Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências;

b) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped);

c) Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).”

10.3.3 - Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá:

a) Preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

a.1) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

a.2) Declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação, obrigando-se a comunicar a superveniência de ocorrência impeditiva ao TJ/TO;

a.3) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

a.4) Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de que sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

a.5) Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de elaboração independente de proposta.

10.4 – Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

10.4.1 – O prazo para envio dos documentos de que trata o item 10.4 é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.4.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.4.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.5 – O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

10.5.1 – Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

10.5.1.1 – Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao setor de Licitações, Anexo I do TJTO, localizada no Edifício Amaro Empresarial, situada na Quadra 103 Norte, Rua NO 11, Lote 2, 7º Andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.001-036, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

10.6 - Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

10.6.1 - A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 10.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

10.7 – Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 10.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

10.7.1 – O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.7.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.7.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.8 – Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

10.8.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.8.2 – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

10.9 – Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

10.10 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.10.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

10.10.2 – A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10.10.3 - O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.11 – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será admitido quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 60 (sessenta) dias corridos.

10.12 – Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

10.12.1 – Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios e/ou responsáveis técnicos;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de instauração de processo administrativo apto à aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, *e-mails* e demais informações de contato.

10.12.2 – Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará a licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

10.12.3 – Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender a licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

10.13 - O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e sujeitar-se-á a sanções previstas neste edital.

CAPÍTULO XI – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

11.1 – Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

11.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

XII - DO RECURSO

12.1 – Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

12.1.1 – O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

12.1.2 – Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 12.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

12.1.3 – Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 12.1.2.

12.2 – Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

12.2.1 – Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

12.3 – O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

12.4 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XIII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pela autoridade competente do TJ/TO.

13.2 – O objeto deste Pregão será por item à vencedora do certame.

13.3 – A homologação deste Pregão compete à autoridade competente do TJ/TO.

CAPÍTULO XIV – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas na IN TJTO n.º 06/2021 (Anexo III do Edital), sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante praticar as condutas previstas em lei ou na citada Instrução Normativa.

14.2 – A recusa injustificada do fornecedor em assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido no item 15.1 caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e o(a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

14.3 – Caso o fornecedor, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições da Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023, ficará sujeito(a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

14.3.1 - Em conjunto com as sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente poderá determinar a rescisão unilateral do ajuste.

14.4 – O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

14.4.1 - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

14.4.2 - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

14.4.3 - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo);

14.4.4 – Findo o prazo do subitem 14.5.3 será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados no item 14.5.1 e observados os critérios de dosimetria previstos na Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023 (Anexo III do Edital).

14.5 – Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nos itens 14.4 a 14.5 deste edital, a nota de empenho e o próprio contrato poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.

14.6 – A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor ou, em último caso, cobrada judicialmente.

14.7 – Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

14.8 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XV – DA ASSINATURA DO CONTRATO, DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1 – O licitante vencedor será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo **de 5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

15.1.1 - O prazo de convocação de que trata o item 15.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, desde que por motivo justificado, arrazoado por parte do fornecedor e a solicitação tenha ocorrido tempestivamente dentro do prazo de assinatura.

15.1.2 – A assinatura do contrato será realizada por meio eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como usuário externo.

15.1.3 – Caso o fornecedor, convocado para assinar o contrato, não compareça no prazo estabelecido no item 15.1, incorrerá no descumprimento do item 14.2.

15.1.4 – Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 15.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

15.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

15.3 - Conforme a Resolução nº 07/2005 do CNJ, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de

ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

15.4 - O contrato terá sua vigência conforme estabelecido no item 4 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

15.5 - As disposições acerca da gestão e fiscalização contratual estão dispostas no item 5 do Termo de referência (ANEXO I) do edital.

15.6 - Caberá aos gestores designados pelo Presidente do TJ/TO promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do instrumento contratual, observado o disposto no Anexo V da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

15.7 – A licitante vencedora deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo sempre que for necessário.

15.8 – O contrato implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, V, da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XVI - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

16.1 – O prazo de entrega dos materiais solicitados pelo TJ/TO é de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

16.2 – Os itens objeto desta contratação deverão ser entregues na Diretoria de Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins – CECOM, localizada no Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, s/n, CEP 77.015-007, Palmas – TO, telefone [\(63\) 3142-2076](tel:(63)3142-2076), em dias úteis, no horário das 12h às 18h, sem ônus adicionais ao TJTO.

16.3 – O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 73 da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

16.3.1 – Para os fins previstos neste item, a contratada deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

16.4 – As demais disposições do item 6 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

CAPÍTULO XVII - DO REGIME DE EXECUÇÃO

17.1 – A contratada deverá fornecer o objeto a ele adjudicado, nas quantidades solicitadas pelo TJ/TO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

17.2 - Caberá a contratada o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

17.3 – As demais disposições estabelecida no item 8 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

CAPÍTULO XVIII– DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

18.1 - São obrigações do fornecedor, além de outras previstas neste edital ou decorrentes da natureza do ajuste:

18.1.1 - manter durante a vigência do contrato as condições de habilitação e de qualificação;

18.1.2 - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

18.1.3 - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste ajuste;

18.1.4 - responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino.

18.1.5 - Responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao TJ/TO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução do ajuste;

18.1.6 - Não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste decorrente do contrato a terceiros;

18.1.7 - Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente ajuste, salvo autorização específica do TJ/TO.

18.1.8 - Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

18.1.9 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;

18.1.10 - Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo CONTRATANTE.

18.1.11 - Fornecer os materiais conforme as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, observando os padrões de qualidade, acabamento e personalização definidos pela Administração.

18.1.12 - Responsabilizar-se pela produção, embalagem, transporte e entrega dos materiais, sem ônus adicionais para o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

18.1.13 - Substituir, no prazo a ser definido pela Administração, quaisquer materiais que apresentem defeitos de fabricação, inconsistências de impressão, falhas de acabamento ou desconformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

18.1.14 - Garantir que os materiais fornecidos atendam aos padrões de qualidade e à identidade visual institucional definidos pela Administração.

18.1.15 - Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação apresentadas na licitação.

CAPÍTULO XIX– DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 – A despesa com a execução do objeto desta licitação correrá à conta da Classificação Orçamentária com valor de referência **R\$ 196.360,00 (cento e noventa e seis mil, trezentos e sessenta e reais)** e será consignado:

Unidade Gestora: 060100

Classificação Orçamentária - PI: 0601.02.131.1145.4185

Natureza de Despesa: 33.90.30

Fonte de Recursos: 1.760

CAPÍTULO XX – DA FORMA DE PAGAMENTO

20.1 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, após o protocolo de recebimento da nota fiscal, sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

20.1.1 - O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente indicada pelo fornecedor, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual não tenha concorrido.

20.1.2 - O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente do fornecedor.

20.2 – Caberá ao fornecedor apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas no Capítulo XIV deste edital.

20.3 - Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo o fornecedor isento ou beneficiário de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

20.3.1 - Nos casos de prestação de serviço/fornecimento de bem que envolvam outras empresas, a Contratada, ao apresentar a nota fiscal para pagamento, deverá apresentar também relatório analítico dos valores devidos a cada empresa envolvida na execução do objeto, uma vez que a retenção aplicável incidirá diretamente sobre o pagamento a ser realizado pelo Contratante.

20.3.1.2 - O relatório previsto no subitem anterior deverá indicar, dentre outras informações, o CNPJ de cada empresa envolvida na execução do objeto."

20.4 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TJ/TO.

20.5 - Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

20.6 - O TJ/TO reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados do fornecedor ou, ainda, se os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste instrumento convocatório e na proposta, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

20.7 – Ocorrendo atraso de pagamento e, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TJ/TO, entre o término do prazo referido no item 20.1 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,[00016438](#), assim apurado:

I = i / 365 I = 6/ 100 / 365 I = 0,[00016438](#)

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CAPÍTULO XXI - DA EXTINÇÃO

21.1 – A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão do Contrato poderá ensejar a rescisão do ajuste pela inexecução, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.2 – A extinção do ajuste poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, desde que o descumprimento contratual não tenha sido decorrente de sua própria conduta;

II – consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

III – por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

21.3 – No caso de extinção amigável, a parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

21.4 – Tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração como a consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo:

21.4.1 - Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO XXII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

22.1 – Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca do ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico cpl@tjto.jus.br.

22.2 – Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre as impugnações e responder aos pedidos de esclarecimento.

22.2.1 – A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

22.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.4 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no campo de licitações do Portal da Transparência do TJ/TO.

CAPÍTULO XXIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

23.2 – Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Minuta do Contrato;

Anexo III – Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023

Anexo IV - Estudo Técnico Preliminar

23.3 – Os atos normativos do TJ/TO referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico: <http://www.tjto.jus.br/index.php/institucional/legislacao/interna>.

23.4 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

23.5 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

23.6 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

23.7 – A aplicação dos normativos expedidos pelo Órgão Central do Sistema de Serviços Gerais (SISG) limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do TJ/TO no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

23.8 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

23.9 - Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Palmas, no Estado do Tocantins, com exclusão de qualquer outro.

Palmas/TO, 17 de junho de 2026.

ANEXO I



A arte será fornecida pelo CECOM.

O pedido será total.

VALOR TOTAL

R\$ 196.360,00

1.1.2. Apresentamos o código (CATMAT) que mais se aproxima da descrição dos serviços pretendidos neste Termo de Referência, sempre prevalecendo a descrição apresentada acima.

1.2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

1.2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de disponibilização de agendas/planners institucionais destinados ao planejamento e organização das atividades funcionais de desembargadores, magistrados, servidores e estagiários do Poder Judiciário.

1.2.2. O material também possui caráter institucional, contribuindo para a padronização da identidade visual do Poder Judiciário tocantinense e para o fortalecimento da comunicação institucional no âmbito interno e externo.

1.2.3. A iniciativa está alinhada às práticas administrativas adotadas pelo Tribunal, considerando o histórico de utilização desse tipo de material como ferramenta de apoio à gestão de atividades, planejamento de compromissos e organização de rotinas de trabalho.

1.2.4. Dessa forma, a contratação visa assegurar a disponibilização de material de qualidade, compatível com os padrões institucionais, garantindo eficiência administrativa e atendimento às necessidades organizacionais do Tribunal.

2. FORMA DE CONTRATAÇÃO

2.1. TIPO DE CONTRATAÇÃO

2.1.1. A contratação será realizada para **aquisição de** kit institucional composto por agenda/planner, acompanhada de caneta metálica personalizada, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

2.1.2. Trata-se de objeto comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

2.2. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

2.2.1. A contratação será realizada mediante licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, por se tratar de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado.

2.2.2. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a modalidade pregão é destinada à contratação de bens e serviços comuns, caracterizados pela possibilidade de definição objetiva de suas especificações técnicas no edital, sem a necessidade de avaliação técnica complexa.

2.2.3. Ademais, a adoção do pregão eletrônico, atende às diretrizes legais de ampliação da competitividade, transparência e eficiência nas contratações públicas, permitindo a participação de maior número de fornecedores e a realização de disputa por meio de lances sucessivos, o que contribui para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

2.2.4. Ressalta-se, ainda, que as características do objeto a ser contratado não demandam soluções técnicas especializadas ou metodologias de execução diferenciadas que justifiquem a utilização de outras modalidades licitatórias previstas na legislação, sendo plenamente possível a definição clara e objetiva das especificações, requisitos de qualidade e condições de fornecimento.

2.2.5. Dessa forma, considerando a natureza padronizada do objeto, a ampla disponibilidade de fornecedores no mercado e a possibilidade de definição objetiva das especificações, conclui-se que a modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, mostra-se a mais adequada para a presente contratação, em conformidade com os princípios da eficiência, da economicidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa previstos na legislação aplicável.

2.3. INDICAÇÃO JUSTIFICADA DA NÃO ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

2.3.1. Para a presente contratação, não será adotado o Sistema de Registro de Preços.

2.3.2. A opção pela contratação do quantitativo previamente estimado decorre do fato de que a demanda institucional encontra-se claramente definida e corresponde ao consumo anual previsto para o período de execução contratual, conforme planejamento administrativo realizado pela unidade demandante.

2.3.3. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Sistema de Registro de Preços é indicado, em regra, para situações em que haja necessidade de contratações frequentes, aquisições futuras e eventuais, ou quando houver incerteza quanto ao quantitativo a ser demandado ao longo do tempo.

2.3.4. No caso em análise, entretanto, a necessidade administrativa é anual e previamente estimada, permitindo a definição do quantitativo total a ser contratado para o período, o que afasta a necessidade de utilização do Sistema de Registro de Preços.

2.3.5. Dessa forma, a contratação pelo quantitativo global estimado para o período anual revela-se medida mais adequada sob os aspectos do planejamento, da eficiência administrativa e da economicidade, em consonância com os princípios que regem as contratações públicas previstos na legislação vigente.

2.4. INDICAÇÃO JUSTIFICADA DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1. O critério de julgamento da licitação será o **menor preço**, considerando tratar-se de objeto padronizado e amplamente disponível no mercado, cujas especificações técnicas estão claramente definidas neste Termo de Referência.

2.4.2. A adoção desse critério assegura a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, observados os requisitos de qualidade e conformidade do objeto.

2.5. INDICAÇÃO JUSTIFICADA DO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.5.1. A adjudicação será realizada **por item**, considerando que o objeto consiste em kit institucional composto por agenda/planner personalizado e caneta metálica personalizada, itens que possuem relação direta de composição e finalidade.

2.5.2. A contratação conjunta garante padronização do material institucional, uniformidade estética e operacional, além de evitar incompatibilidades entre os itens que compõem o kit.

2.6. INDICAÇÃO JUSTIFICADA DA POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO OU NÃO DE CONSÓRCIOS DE EMPRESAS

2.6.1. Não será permitida a participação de empresas em consórcio.

2.6.2. A vedação decorre da natureza do objeto, que apresenta baixa complexidade técnica e ampla oferta de fornecedores no mercado, não sendo necessária a união de empresas para a execução do objeto pretendido.

2.7. PREVISÃO DE SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DO OBJETO

2.7.1. Não será permitida a subcontratação do objeto.

2.7.2. A execução integral pela empresa contratada é necessária para garantir o controle de qualidade, a padronização do material institucional e a responsabilidade direta pela produção e entrega dos itens contratados.

2.8. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123

2.8.1. Não será aplicado, no presente caso, o tratamento diferenciado previsto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com fundamento no art. 49, inciso III, da referida Lei Complementar, segundo o qual o benefício poderá ser afastado quando sua aplicação puder prejudicar o conjunto ou o complexo do objeto a ser contratado.

2.8.2. Trata-se de material institucional que incorpora elementos da identidade visual do Tribunal, exigindo uniformidade quanto ao padrão gráfico, tonalidade das cores institucionais, acabamento, qualidade dos materiais utilizados e técnicas de impressão e personalização.

2.8.3. A eventual adoção de cotas ou divisão do objeto entre diferentes fornecedores poderia resultar na produção do material por empresas distintas, aumentando significativamente o risco de variações entre os itens fornecidos, especialmente quanto à tonalidade das cores, qualidade da impressão, tipo de papel, encadernação, acabamento gráfico e padrão de personalização.

2.8.4. Essas diferenças podem comprometer a padronização estética e funcional do material institucional, gerando discrepâncias indesejadas entre os itens distribuídos no âmbito do Tribunal.

2.8.5. Além disso, a contratação de fornecedor único contribui para melhor controle de qualidade do lote produzido, uma vez que todo o processo produtivo permanece concentrado em uma única empresa, permitindo maior uniformidade no resultado final.

2.8.6. Ressalta-se ainda que a produção em item único possibilita ganhos de economia de escala, favorecendo melhores condições de preço e maior eficiência no controle e na gestão da execução contratual.

2.8.7. Dessa forma, considerando a necessidade de preservação da imagem institucional do Tribunal, da padronização do material distribuído e da qualidade uniforme dos produtos, conclui-se que a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 poderia prejudicar o conjunto do objeto da contratação, motivo pelo qual se justifica sua não aplicação no presente caso.

2.9. INDICAÇÃO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA

2.9.1. Não se aplica direito de preferência específico à presente contratação, além daqueles previstos na legislação vigente, especialmente no que se refere ao tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006.

3. REQUISITOS DO FORNECEDOR

3.1. CAPACIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA

3.1.1. A licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de material compatível com o objeto desta contratação mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de material gráfico ou institucional similar, contendo agendas, planners, cadernos ou itens promocionais personalizados.

3.1.2. O atestado deverá demonstrar que a empresa executou fornecimento com características compatíveis em quantidade, qualidade ou complexidade com o objeto desta contratação.

3.1.2. Será exigida da licitante a apresentação da documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira, conforme previsto na legislação vigente e no instrumento convocatório.

3.1.3. A comprovação da capacidade econômico-financeira tem por finalidade demonstrar a aptidão da empresa para cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

3.2 APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

3.2.1. Para fins de aceitação do objeto, poderá ser exigida da licitante provisoriamente vencedora a apresentação de amostra de 01 (uma) unidade do item contratado, com a finalidade de verificação da qualidade do material, acabamento, impressão e conformidade com as especificações previstas neste Termo de Referência.

3.2.2. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação da amostra anteriormente à adjudicação, devendo a licitante provisoriamente vencedora apresentá-la no prazo improrrogável de até **7 (sete) dias úteis**, contados da solicitação, sob pena de desclassificação e aplicação das sanções cabíveis.

3.2.3. A Diretoria de Comunicação do TJTO (CECOM) será responsável pela análise das amostras apresentadas.

3.2.4. Na análise das amostras serão considerados os seguintes critérios:

- a) atendimento às especificações técnicas;
- b) qualidade dos materiais utilizados;
- c) qualidade do acabamento gráfico;
- d) conformidade geral do produto com o objeto da contratação.

3.2.5. De acordo com os critérios estabelecidos, as amostras poderão ser classificadas como:

- a) aprovadas;
- b) reprovadas.

3.2.6. A reprovação da amostra ou a não apresentação no prazo estabelecido implicará desclassificação da licitante, sendo convocada a empresa subsequente, observada a ordem de classificação.

3.2.7. A apresentação da amostra será de inteira responsabilidade da licitante, sem qualquer ônus para o Tribunal de Justiça, independentemente de aprovação ou reprovação.

3.2.8. A amostra apresentada não será computada para fins contratuais, devendo ser retirada pela licitante no prazo de até 2 (dois) dias após a conclusão da análise.

3.2.9. O(s) material(is) de amostra deverá(ão) ser entregue(s) na Diretoria de Comunicação do TJTO do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins - Praça dos Girassóis, Plano Diretor Norte, CEP 77.015-007, Palmas/TO, telefone para contato [\(63\) 3142-2076](tel:63331422076), sem ônus adicionais.

4. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

4.1 INSTRUMENTO DE FORMALIZAÇÃO

4.1.1. A contratação será formalizada nos termos do artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto consiste no fornecimento de bens com entrega definida, dos quais não resultarão obrigações futuras de assistência técnica ou manutenção.

4.2 PRAZO DE VIGÊNCIA DO AJUSTE

4.2.1. O prazo de vigência do ajuste será de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, período suficiente para contemplar as etapas de produção, entrega, conferência e eventual substituição de itens que apresentem inconformidade.

4.3 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

4.3.1. Considerando que o objeto consiste no fornecimento de bens com entrega previamente definida, não se prevê prorrogação, salvo nas hipóteses excepcionalmente admitidas pela Lei nº 14.133/2021 e pela Instrução Normativa TJTO nº 4/2023, devidamente justificadas pela Administração.

4.4 FUNDAMENTAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL

4.4.1. O prazo de vigência estabelecido é considerado suficiente para assegurar a adequada execução do objeto contratado, abrangendo o período necessário para produção, entrega e verificação dos materiais, sem necessidade de prazo superior a 12 (doze) meses.

5. MODELO DE GESTÃO

5.1. Indicam-se, a seguir, o gestor do contrato, seu substituto e o fiscal administrativo, vinculados à Diretoria do Centro de Comunicação (CECOM) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins:

GESTOR(A) DO CONTRATO: Paula Márcia Bitterncourt Viana Klein	MATRÍCULA: 353591
GESTOR(A) SUBSTITUTO(A): Mara Roberta de Souza Madeiros	MATRÍCULA: 255446
FISCAL DE CONTRATO: Dalliana de Souza Correia Medeiros	MATRÍCULA: 352783
FISCAL SUBSTITUTO(A): Nadiny Maria Almeida Parreira	MATRÍCULA: 378580

5.2 A comunicação entre a Administração e a contratada será realizada, prioritariamente, por meio de correio eletrônico (e-mail), admitindo-se, em caráter excepcional, comunicação verbal que deverá ser reduzida a termo pela Diretoria de Comunicação.

6. PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO

6.1. A empresa contratada deverá fornecer os materiais conforme especificações discriminadas em sua proposta e em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.2. A Diretoria do Centro de Comunicação – CECOM disponibilizará à empresa contratada a arte institucional necessária à confecção do protótipo físico.

6.2.1. A empresa contratada deverá apresentar o protótipo físico para validação da Administração no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da arte institucional.

6.2.2. Após a aprovação formal do protótipo físico pela Administração, será emitida a Ordem de Fornecimento.

6.2.3. A empresa contratada deverá concluir a produção e realizar a entrega do quantitativo solicitado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

6.2.4. A Ordem de Fornecimento deverá ser recebida pela empresa contratada diretamente do gestor do contrato.

6.2.5. Os itens objeto desta contratação deverão ser entregues na Diretoria de Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins – CECOM, localizada no Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, s/n, CEP 77.015-007, Palmas – TO, telefone [\(63\) 3142-2076](tel:(63)3142-2076), em dias úteis, no horário das 12h às 18h, sem ônus adicionais ao TJTO.

6.2.6. Caso haja solicitação por parte do contratante ou da empresa contratada para modificação do regime de fornecimento, deverão ser observadas as disposições da subseção IV da seção II do Anexo VI da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

7.1 DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

7.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente a esta contratação.

7.1.2. Responsabilizar-se pela formalização do respectivo instrumento de contratação, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021.

7.1.3. Proporcionar condições necessárias para a adequada execução do objeto deste Termo de Referência.

7.1.4. Assegurar os recursos necessários para custear as despesas decorrentes desta contratação, mediante emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica de pagamentos.

7.1.5. Designar gestor e fiscal do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto.

7.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que não atendam às especificações e aos requisitos mínimos constantes neste Termo de Referência.

7.1.7. Notificar a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos materiais fornecidos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

7.1.8. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa contratada, necessários à execução do objeto.

7.1.9. Zelar para que, durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela empresa contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

7.1.10. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Fornecimento, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

7.1.11. Disponibilizar à empresa contratada a arte institucional e as orientações necessárias para a personalização do material, quando aplicável.

7.2 DEVERES E RESPONSABILIDADES DA EMPRESA CONTRATADA

7.2.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Termo de Referência.

7.2.2. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação.

7.2.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

7.2.4. Apresentar cópia das alterações do ato constitutivo da empresa sempre que houver.

7.2.5. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, bem como quaisquer outras despesas diretas ou indiretas relacionadas com a execução do contrato.

7.2.6. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato.

7.2.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme disposto no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.8. Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da execução contratual.

7.2.9. Fornecer os materiais conforme as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, observando os padrões de qualidade, acabamento e personalização definidos pela Administração.

7.2.10. Responsabilizar-se pela produção, embalagem, transporte e entrega dos materiais, sem ônus adicionais para o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

7.2.11. Substituir, no prazo a ser definido pela Administração, quaisquer materiais que apresentem defeitos de fabricação, inconsistências de impressão, falhas de acabamento ou desconformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

7.2.12. Garantir que os materiais fornecidos atendam aos padrões de qualidade e à identidade visual institucional definidos pela Administração.

7.2.13. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação apresentadas na licitação.

8. REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO

8.1.1. A comunicação com a empresa será formal, através do e-mail institucional, admitindo-se, em caráter excepcional, comunicação verbal que deverá ser reduzida a termo pela Diretoria de Comunicação – CECOM.

8.2. DESCRIÇÃO DA ENTREGA DO PRODUTO

8.2.1. A execução do objeto consistirá no fornecimento de kit institucional composto por agenda/planner, acompanhada de caneta metálica personalizada, produzidos conforme as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada pela CONTRATADA.

8.2.2. A Diretoria de Comunicação – CECOM disponibilizará à CONTRATADA a arte institucional necessária à elaboração do protótipo físico.

8.2.3. A CONTRATADA deverá apresentar o protótipo físico para análise e validação do CONTRATANTE, a fim de verificar a conformidade com as especificações técnicas, identidade visual institucional e padrão de qualidade exigido.

8.2.4. Somente após a aprovação formal do protótipo físico pelo CONTRATANTE será emitida a Ordem de Fornecimento para início da produção definitiva dos materiais.

8.2.5. Todos os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, livres de avarias, defeitos de fabricação, falhas de impressão ou quaisquer desconformidades com as especificações estabelecidas.

8.3. PRAZOS DE ENTREGA DO OBJETO

8.3.1. A CONTRATADA deverá apresentar o protótipo físico no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da arte institucional disponibilizada pelo CONTRATANTE.

8.3.2. Após a aprovação formal do protótipo físico pelo CONTRATANTE e emissão da Ordem de Fornecimento, a empresa contratada deverá concluir a produção e realizar a entrega do quantitativo solicitado no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

8.3.3. O período destinado à análise e validação do protótipo físico pela Administração não será contabilizado para fins do prazo de entrega previsto no item 8.3.2.

8.4. LOCAL E HORÁRIO PARA ENTREGA

8.4.1. Os itens deverão ser entregues na Diretoria de Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, situada no Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis s/n, CEP 77.015-007, Palmas-TO, telefone ([63](tel:63.3142-2076)) 3142-2076, em dias úteis, das 12h às 18h, sem quaisquer ônus adicionais para o CONTRATANTE.

8.5. FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.5.1. A execução ocorrerá por meio de fornecimento integral dos materiais, devidamente embalados e acondicionados, garantindo sua integridade durante o transporte e entrega.

8.5.2. Os materiais deverão observar rigorosamente as especificações técnicas, padrões de acabamento, qualidade gráfica e identidade visual institucional definidos neste Termo de Referência.

8.5.3. Os produtos deverão ser fabricados com materiais de qualidade compatível com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, garantindo durabilidade, acabamento adequado e conformidade com os padrões institucionais do Tribunal.

8.6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

8.6.1. A execução do objeto observará, de forma geral, as seguintes etapas:

- I – disponibilização da arte institucional pelo CONTRATANTE;
- II – elaboração e apresentação do protótipo físico pela CONTRATADA;
- III – análise e aprovação formal do protótipo físico pelo CONTRATANTE;
- IV – emissão da Ordem de Fornecimento;
- V – produção dos materiais;
- VI – entrega do objeto no local indicado.

8.7. RECURSOS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO

8.7.1. A CONTRATADA deverá dispor de estrutura operacional adequada, incluindo equipamentos gráficos, materiais, instalações e equipe técnica qualificada, suficientes para garantir a produção e entrega dos itens dentro do prazo e padrão de qualidade exigidos.

8.8. PROCEDIMENTOS E METODOLOGIAS

8.8.1. Os procedimentos de produção deverão observar técnicas adequadas de impressão, encadernação e acabamento gráfico, garantindo qualidade, durabilidade e fidelidade às especificações definidas pelo CONTRATANTE.

8.9. DEVERES E DISCIPLINA DURANTE A EXECUÇÃO

8.9.1. A CONTRATADA deverá assegurar que seus empregados ou prepostos atuem com urbanidade, responsabilidade e observância às normas internas do CONTRATANTE, quando estiverem nas dependências da instituição.

8.10. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

8.10.1. O recebimento dos materiais ocorrerá em duas etapas:

- I – Recebimento provisório, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega dos materiais, para verificação da quantidade e das condições aparentes do material (ANEXO A);
- II – Recebimento definitivo, após análise detalhada da conformidade com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório (ANEXO B).

8.11. SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAIS REJEITADOS

- 8.11.1. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 8.11.2. Nessa hipótese, a CONTRATADA deverá substituir os materiais rejeitados, às suas expensas, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação formal do CONTRATANTE.
- 8.11.3. Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor ou fiscal do contrato.
- 8.11.4. Caso sejam constatados defeitos de fabricação, falhas de acabamento ou quaisquer inconformidades durante o prazo de garantia, a CONTRATADA deverá substituir os materiais no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação do CONTRATANTE, sem custos adicionais.

8.12. PRAZO DE GARANTIA

8.12.1. A CONTRATADA deverá garantir a qualidade dos materiais fornecidos pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento definitivo.

9. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

- 9.1. A empresa contratada será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto no contrato e no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes sanções:
- I – advertência;
 - II – multa;
 - III – impedimento de licitar e contratar; e
 - IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- 9.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a empresa contratada der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.
- 9.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos, e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a empresa contratada:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

9.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Tocantins por um período mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, e será aplicada quando a empresa contratada:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.1.4. Em conjunto com as sanções previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.2 ou 9.1.3, a autoridade competente poderá:

I – aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

II – determinar a extinção unilateral do contrato.

9.1.5. O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará a empresa contratada à multa de mora, aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela entregue em atraso:

I – 1% (um por cento) pelo primeiro dia de atraso;

II – 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, do 2º ao 15º dia;

III – 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, do 16º ao 30º dia.

9.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso configura mera impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução contratual, que sujeitará a empresa às demais sanções administrativas previstas, considerando as circunstâncias do caso concreto e o aproveitamento do objeto pela Administração.

9.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em multa compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, com aplicação cumulada das demais sanções previstas.

I – A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento contratual.

9.1.8. A não apresentação da documentação prevista neste Termo de Referência ou a constatação de irregularidade nas condições de habilitação e qualificação sujeitará a empresa contratada à pena de advertência e à notificação para saneamento da irregularidade.

I – O não saneamento da irregularidade no prazo estabelecido na notificação poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no subitem 9.1.4.

9.1.9. O atraso no cumprimento de outras obrigações acessórias sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) a 0,1% (um décimo por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias.

9.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos subitens anteriores, o CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

9.1.11. O somatório das multas previstas neste item não poderá ultrapassar, em cada mês, o limite de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato ou 1/12 do valor total contratado.

9.1.12. A reincidência na aplicação do percentual máximo de multa poderá ensejar a extinção unilateral do contrato.

9.1.13. Nos processos de apuração de infrações serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo considerados na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos causados à Administração;

V – a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade;

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da contratada na mitigação dos prejuízos;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

9.1.14. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em advertência, a critério da autoridade competente.

9.1.15. Em casos excepcionais, caso a multa se mostre desproporcional à gravidade da infração, a autoridade competente poderá reduzi-la de forma justificada.

9.1.16. A multa aplicada, após regular processo administrativo e assegurado o direito de defesa, será descontada das faturas da contratada ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário – FUNJURIS, mediante Documento de Arrecadação Judiciária (DAJ).

9.1.17. Se a multa e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido pelo CONTRATANTE à contratada, além da perda desse valor, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

9.2. No processo administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação das penalidades observará as disposições da Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023, bem como o disposto no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

10. FORMA DE PAGAMENTO

10.1. A empresa contratada deverá apresentar nota fiscal correspondente aos materiais efetivamente fornecidos.

10.2. Caberá à empresa contratada apresentar, juntamente com a nota fiscal, comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

10.3. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e na nota de empenho, devendo estar vinculado à conta corrente da empresa contratada.

10.4. O CONTRATANTE somente pagará à empresa contratada os materiais efetivamente fornecidos e aceitos pela Administração.

10.5. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos materiais fornecidos com o discriminado na respectiva nota fiscal e mediante atesto do fiscal do contrato.

10.6. O atesto do fiscal do contrato na nota fiscal é condição indispensável para a realização do pagamento.

10.7. Na ausência do fiscal do contrato (férias, licença ou afastamento), o atesto será realizado pelo fiscal substituto formalmente designado.

10.8. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para pagamento caso os dados constantes estejam em desacordo com os dados da empresa contratada ou se os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

10.9. O gestor do contrato deverá encaminhar o processo à Diretoria Financeira com a solicitação de pagamento em prazo hábil, a fim de possibilitar a realização do pagamento tempestivo.

10.10. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem cronológica de pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

10.11. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a este contrato, conforme disposto no art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

10.12. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos contados do protocolo de recebimento da nota fiscal, momento em que o credor se encontra adimplente com a obrigação contratual. Caso o vencimento recaia em dia não útil, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

10.13. O pagamento será realizado, dentro do prazo estabelecido, por meio de ordem bancária em conta corrente da empresa contratada, desde que mantidas as condições de habilitação exigidas e inexistindo fato impeditivo.

10.14. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas eventualmente aplicadas. Caso a empresa seja optante pelo Simples Nacional, isenta ou beneficiária de redução de alíquota de tributos, deverá apresentar, juntamente com a fatura, documentação comprobatória da condição declarada.

10.15. O pagamento somente será realizado mediante comprovação da manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação.

10.16. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.17. A empresa contratada deverá manter regularidade fiscal durante toda a execução contratual, sendo essa condição verificada por ocasião do pagamento.

10.18. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a empresa contratada providencie as medidas saneadoras, iniciando-se novo prazo de pagamento após a regularização da situação.

10.19. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a empresa contratada não tenha concorrido para tal, serão devidos encargos moratórios calculados conforme a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira

I = i / 365

I = 6 / 100 / 365

I = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual de 6%.

10.20. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento deverão ser observadas as disposições da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

10.21. Todos os atos inerentes ao presente contrato deverão observar as regras de tramitação e formalização estabelecidas no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, utilizado pelo CONTRATANTE.

11. CONDIÇÕES DE REAJUSTE

11.1. O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados do termo inicial previsto no item 11.2, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

11.2. O primeiro reajuste será devido após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, assim considerada a data de conclusão da apuração do valor estimado da contratação, independentemente da data da tabela ou sistema referencial de custos utilizado.

11.3. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido. O arredondamento dos preços reajustados deste contrato se regerá da seguinte forma:

11.3.1. Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

11.3.2. Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no subitem 11.3.1 for igual ou superior a cinco, aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade. Já quando for inferior a cinco, permanecerá a mesma inalterada.

11.4. Os pedidos de reajuste contratual serão recebidos, instruídos e impulsionados pelo gestor do contrato, conforme Seção III do Anexo V da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

11.5. Nos procedimentos de reajuste deverão ser observadas as disposições da Seção VI do Capítulo VIII da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

12. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

12.1. Na presente contratação serão observados, sempre que aplicáveis, critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 144 da Lei nº 14.133/2021, bem como das diretrizes estabelecidas nos arts. 7º e 8º da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, em consonância com o Plano de Logística Sustentável – PLS do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

12.2. Sempre que possível, deverão ser utilizados insumos provenientes de fontes ambientalmente responsáveis, priorizando-se papéis certificados ou provenientes de manejo florestal sustentável.

12.3. A contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais durante o processo produtivo, incluindo a redução de desperdícios, o uso racional de recursos naturais e a destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados.

12.4. Sempre que possível, deverão ser utilizados materiais recicláveis ou reutilizáveis nas embalagens e no acondicionamento dos produtos.

12.5. Os processos de produção gráfica deverão observar boas práticas ambientais aplicáveis ao setor, buscando reduzir a geração de resíduos e o consumo de recursos naturais.

ANEXO A

MINUTA DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, este FISCAL DO CONTRATO, nomeado pela Portaria nº ____ de ____ / ____ / _____, encerrou os trabalhos de análise para fim de RECEBIMENTO PROVISÓRIO, previsto no Contrato nº ____ / _____, do Processo nº _____. Tendo assim procedido, este Fiscal conferiu o (s) serviço (s) prestado (s) e atesta, juntamente com a CONTRATADA, o RECEBIMENTO PROVISÓRIO, sem (ou com as seguintes) ressalvas:

1. (listar as discrepâncias, quando houver)

Palmas, _____ de _____ de _____.

Fiscal do Contrato

ANEXO B

MINUTA DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, este GESTOR DO CONTRATO, nomeado pela Portaria nº ____ de ____ / ____ / _____ declara, para os devidos fins, que recebe definitivamente o (s) material (s) e atesta, juntamente com a CONTRATADA, o RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto previsto no Contrato nº ____ / _____, do Processo nº _____.

Palmas, ____ de _____ de _____.

Gestor do Contrato

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. ____/2026
PREGÃO ELETRÔNICO - Nº ____/2026
PROCESSO 26.0.00003591-1

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A EMPRESA _____.

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ sob o nº 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, Centro, Palmas/TO, neste ato representado por _____, brasileiro(a), casado(a), portador(a) do RG nº. _____ – SSP/____, inscrito(a) no CPF sob o nº. _____, residente e domiciliado(a) nesta Capital, doravante designado **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, CEP _____, Telefone: _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, têm entre si, justo e avençado, o presente contrato, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das Instruções Normativas do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, nº 5, de 31 de janeiro de 2023 e nº 6, de 31 de janeiro de 2023, bem como das demais normas legais aplicáveis e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente instrumento tem por objeto a **contratação de empresa especializada para a confecção e fornecimento de kit institucional composto por agenda/planner, acompanhada de caneta metálica personalizada.**

1.2. Descrição do objeto.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Valor Total					

1.3. A aquisição citada na subcláusula 1.1 obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às especificações técnicas, forma de entrega e às disposições dos documentos adiante enumerados, constantes do Processo Administrativo 26.0.000003591-1, do CONTRATANTE, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste, no que não o contrariarem. São eles:

1.3.1. O Edital do Pregão Eletrônico nº ____/202_, do CONTRATANTE;

1.3.2. A proposta de preços apresentada pela CONTRATADA em ____ de _____, de 202_ e os demais documentos fornecidos no procedimento licitatório.

1.4. A aquisição do objeto deste contrato foi realizada por meio de procedimento licitatório, de acordo com o disposto no _____, sob a modalidade _____, conforme Edital e Processo Administrativo acima citados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO:

- 2.1. A empresa será convocada para assinatura deste instrumento contratual, devendo assiná-lo e restituí-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 2.1.1. O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e a critério do CONTRATANTE, por igual período, desde que diante de motivo justificado e arrazoado por parte da CONTRATADA e a solicitação tenha ocorrido ainda dentro do prazo de assinatura.
- 2.2. A assinatura deste contrato será realizada por meio eletrônico, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do CONTRATANTE.
- 2.3. A CONTRATADA deverá apresentar as certidões de regularidades fiscais atualizadas e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO:

- 3.1. A CONTRATADA deverá fornecer os materiais conforme a marca e especificações discriminadas em sua proposta e neste contrato.
- 3.2. A CONTRATADA deverá fornecer o objeto deste contrato no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 3.3. A CONTRATADA deverá realizar a entrega na Diretoria de Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins – CECOM, localizada no Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, s/n, CEP 77.015-007, Palmas – TO, telefone [\(63\) 3142-2076](tel:(63) 3142-2076), em dias úteis, no horário das 12h às 18h, sem ônus adicionais ao TJTO.
- 3.4. Caso haja solicitação por parte do CONTRATANTE ou CONTRATADA para modificação do regime de fornecimento, deverão ser observadas as disposições da subseção IV da seção II do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO:

- 4.1. Para o recebimento do objeto deste contrato deverão ser observadas pelo gestor e/ou fiscal as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Seção II, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 4.2. Efetivada a entrega, o objeto será recebido:
- 4.2.1. Provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade dos materiais com as exigências contratuais;
- 4.2.2. Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da expedição do termo de recebimento provisório, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do contrato.
- 4.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com este contrato:
- 4.3.1. Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.
- 4.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pelos materiais fornecidos nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução deste instrumento contratual, nos limites estabelecidos pela lei ou por este contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE E GARANTIA:

- 5.1. A CONTRATADA deverá garantir a qualidade dos materiais fornecidos pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento definitivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

- 6.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

- 7.1. Na presente contratação serão observados, sempre que aplicáveis, critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 144 da Lei nº 14.133/2021, bem como das diretrizes estabelecidas nos arts. 7º e 8º da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, em consonância com o Plano de Logística Sustentável – PLS do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
- 7.2. Sempre que possível, deverão ser utilizados insumos provenientes de fontes ambientalmente responsáveis, priorizando-se papéis certificados ou provenientes de manejo florestal sustentável.
- 7.3. A contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais durante o processo produtivo, incluindo a redução de desperdícios, o uso racional de recursos naturais e a destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados.
- 7.4. Sempre que possível, deverão ser utilizados materiais recicláveis ou reutilizáveis nas embalagens e no acondicionamento dos produtos.
- 7.5. Os processos de produção gráfica deverão observar boas práticas ambientais aplicáveis ao setor, buscando reduzir a geração de resíduos e o consumo de recursos naturais.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR:

8.1. O valor _____ deste contrato é de R\$_____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à sua perfeita execução.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. A despesa com a execução do objeto deste contrato correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada:

Unidade Gestora: 060100

Classificação Orçamentária - PI: 0601.02.131.1145.4185

Natureza de Despesa: 33.90.30

Fonte de Recursos: 1.760

9.2. As despesas inerentes à execução deste contrato serão liquidadas por meio da Nota de Empenho que será emitida à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula.

9.3. A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal em observância à unidade gestora emissora da nota de empenho que albergou a aquisição:

9.3.1. Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - FUNJURIS.

CNPJ: 03.173.154/0001-73

Praça dos Girassóis, S/Nº, Centro

CEP 77.015-007

Palmas/TO

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO:

10.1. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar nota fiscal correspondente aos materiais efetivamente fornecidos.

10.2. Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima Sétima deste contrato.

10.3. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente da CONTRATADA.

10.4. O CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA o que for solicitado e efetivamente entregue.

10.5. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos materiais adquiridos com o discriminado na respectiva nota fiscal e o atesto do fiscal do contrato.

10.6. O atesto do(a) fiscal do contrato na nota fiscal é condição indispensável para o pagamento:

10.6.1. Na ausência do (a) fiscal do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo fiscal substituto.

10.7. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA ou, ainda, se os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste contrato e no Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

10.8. O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido neste contrato:

10.8.1. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no *caput* do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

10.9. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a este contrato, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

10.10. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do protocolo de recebimento da nota fiscal (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

10.10.1. O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA - Banco _____, Agência nº _____, Conta Corrente nº _____, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.

10.11. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a CONTRATADA isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

10.12. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.13. Fica a CONTRATADA ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada a sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual.

10.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a

CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

10.15. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no item 10.10 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i / 365 I = 6/ 100 / 365 I = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

10.16. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

10.17. Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE:

11.1. O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a variação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou por outro indicador que venha substituí-lo.

11.2. O primeiro reajuste será devido após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, assim considerada a data de conclusão da apuração do valor estimado da contratação, independentemente da data da tabela ou sistema referencial de custos utilizado.

11.3. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido. O arredondamento dos preços reajustados deste contrato se regerá da seguinte forma:

11.3.1. Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

11.3.2. Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no subitem 11.3.1 for igual ou superior a cinco, aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade. Já quando for inferior a cinco, permanecerá a mesma inalterada.

11.4. Os pedidos de reajuste contratual serão recebidos, instruídos e impulsionados pelo gestor deste contrato, conforme Seção III do Anexo V da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

11.5. Nos procedimentos de reajuste, deverão ser observadas as disposições da Seção VI, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

12.1. Cabe a revisão, a qualquer tempo, do contrato cujo equilíbrio econômico-financeiro for afetado pela superveniência de fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, que o torne mais oneroso para uma das partes:

12.1.1. Para os fins previstos no item 12.1, constituem fato imprevisível, o fato do Príncipe, o fato da Administração, o caso fortuito e a força maior.

12.1.2. Para efeito de revisão, compreende-se, também, como fato da Administração, a alteração de cláusula regulamentar do contrato que importe aumento dos encargos da CONTRATADA.

12.2. A instrução do processo para revisão, reequilíbrio econômico-financeiro, dar-se-á nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

12.3. O CONTRATANTE responderá à solicitação da CONTRATADA de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação do prazo, caso necessário, para o adequado deslinde da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

13.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, conforme estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

13.2. Compete ao gestor e/ou ao fiscal deste contrato, conforme Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, justificar e propor o acréscimo ou diminuição do quantitativo do objeto desta aquisição, observados os limites definidos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021:

13.2.1. Em se tratando de alteração a ser realizada por mútuo consentimento, é indispensável que o gestor inclua no processo o documento de aceite da CONTRATADA.

13.3. Nenhum acréscimo poderá exceder os limites estabelecidos no item 13.1. Isso não se aplica às supressões, as quais poderão exceder os limites legais quando acordadas entre as Partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

14.1. Eventuais alterações contratuais se regerão pela disciplina do Capítulo VII do Título III, da Lei nº 14.133/2021 e do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

15.1. A CONTRATADA obriga-se a:

15.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste contrato;

15.1.2. Manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

15.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução deste contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

15.1.4. Apresentar cópias das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

15.1.5. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;

15.1.6. Manter, durante o fornecimento dos materiais, nas dependências do CONTRATANTE, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

15.1.7. Manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário;

15.1.8. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;

15.1.9. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

15.1.10. Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento dos produtos pelo CONTRATANTE.

15.1.11. Fornecer os materiais conforme as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, observando os padrões de qualidade, acabamento e personalização definidos pela Administração.

15.1.12. Responsabilizar-se pela produção, embalagem, transporte e entrega dos materiais, sem ônus adicionais para o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

15.1.13. Substituir, no prazo a ser definido pela Administração, quaisquer materiais que apresentem defeitos de fabricação, inconsistências de impressão, falhas de acabamento ou desconformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

15.1.14. Garantir que os materiais fornecidos atendam aos padrões de qualidade e à identidade visual institucional definidos pela Administração.

15.1.15. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação apresentadas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

16.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

16.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente a esta contratação;

16.1.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021;

16.1.3. Proporcionar condições para o fornecimento do objeto deste contrato;

16.1.4. Assegurar os recursos necessários para custear as despesas deste contrato, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;

16.1.5. Designar gestor e/ou fiscal para acompanhar a execução deste contrato;

16.1.6. Rejeitar os materiais cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes deste contrato;

16.1.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

16.1.8. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

16.1.9. Zelar para que, durante a vigência deste contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

16.1.10. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Fornecimento, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

16.1.11. Disponibilizar à empresa contratada a arte institucional e as orientações necessárias para a personalização do material, quando aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1. A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato e no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial deste contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave;

17.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Tocantins por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

17.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses no subitem 17.1.1 que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 17.1.1, 17.1.2 ou 17.1.3 a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a extinção unilateral do contrato.

17.1.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

17.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração;

17.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato:

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento deste contrato.

17.1.8. A não apresentação da documentação prevista no item 10.2, da Cláusula Décima deste contrato, ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitarão a CONTRATADA à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade:

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 17.1.4.

17.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos subitens anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total deste contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes do subitem 17.1.11 e sem prejuízo das demais sanções;

- 17.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos subitens 17.1.5 e 17.1.9, a critério do CONTRATANTE, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;
- 17.1.11. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:
- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – as peculiaridades do caso concreto;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- VI – a não reincidência da infração;
- VII – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.
- 17.1.12. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;
- 17.1.13. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no subitem 17.1.11;
- 17.1.14. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária;
- 17.1.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a CONTRATADA deverá complementar a diferença, ou será cobrada judicialmente.
- 17.2. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas neste contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO:

- 18.1. O presente Instrumento poderá ser extinto:
- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, desde que o descumprimento contratual não tenha sido decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 18.2. No caso de extinção amigável, a parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.
- 18.3. Tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração como a consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo:
- 18.3.1. Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 18.4. Quando a extinção se der por ato unilateral, além das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021, poderá ocorrer:
- I - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VINCULAÇÃO:

- 19.1. O presente contrato fica vinculado aos autos _____ e _____.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEGISLAÇÃO E CASOS OMISSOS:

- 20.1. O presente Instrumento, inclusive quanto aos casos omissos, regula-se pela Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD; pela Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 20.2. Os casos omissos pertinentes à LGPD deverão ser submetidos ao Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais, o qual apresentará proposta de solução à Presidência deste Tribunal de Justiça.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:

- 21.1. Este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e vigência de 12 (doze) meses, sem prejuízo do prazo de garantia, sendo considerado exaurido quando executado integralmente seu objeto.

21.2. A divulgação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP é condição indispensável para a sua eficácia, conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES:

22.1. É vedado à CONTRATADA:

22.1.1. Veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do CONTRATANTE;

22.1.2. Ceder os créditos ou sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros;

22.1.3. Caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;

22.1.4. Subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto deste contrato, salvo com anuência do CONTRATANTE e apenas nas hipóteses autorizadas pela Lei nº 14.133/2021;

22.1.5. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

23.1. A publicação resumida deste contrato no Diário da Justiça Eletrônico – DJE será providenciada pelo CONTRATANTE.

23.2. O CONTRATANTE também promoverá a publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, condição indispensável para sua eficácia, conforme o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

24.1. O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente deste contrato caberão aos servidores do CONTRATANTE, que determinarão o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

24.2. Além das disposições da Lei nº 14.133/2021, o gestor e/ou fiscal deverão observar o Anexo V e VI da Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2023 do TJTO na gestão e fiscalização deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS:

25.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a realizar o tratamento dos dados pessoais de acordo com todas as bases legais e regulamentares de proteção de dados aplicáveis, sobretudo em observância aos direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural no que concerne ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

I - por dados pessoais entendam-se todas as informações relacionadas à pessoa física identificada ou identificável;

II - por tratamento, recorra-se ao Art. 5º, X, da LGPD, que assim define como sendo qualquer operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

25.2. O tratamento de dados pessoais pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA se dará conforme as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, da Portaria nº 1864, de 30 de julho de 2021, que institui a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, bem como conforme as orientações e regulamentações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD e de outros diplomas legais aplicáveis.

25.3. A finalidade do tratamento de dados:

I - a finalidade do tratamento dos dados pessoais deve estar em conformidade com o objeto do contrato e legalmente respaldada, respeitando-se as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados e da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, os princípios da Administração Pública e os demais diplomas legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

25.4. No caso de necessidade de obtenção do consentimento do titular dos dados pessoais para que se dê o tratamento pela CONTRATADA, este se dará apenas após aprovação do CONTRATANTE, o qual poderá ficar responsável pela obtenção do consentimento perante o titular dos dados.

25.5. Responsabilizam-se as partes pela gestão dos dados pessoais necessários à realização das finalidades especificadas no item 25.3, vedado o seu compartilhamento ou utilização para outra finalidade aqui não contemplada.

25.6. Os sistemas ou qualquer outro meio que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais em razão deste contrato celebrado entre CONTRATANTE e CONTRATADA, devem estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas, a fim de garantir efetiva proteção a estes.

25.7. As medidas de segurança adotadas pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, a fim de proteger os dados pessoais objeto de tratamento, devem ser adequadas para evitar a sua destruição, perda, alteração, divulgação, acesso não autorizado ou demais incidentes de segurança.

25.8. Os dados pessoais aos quais as partes do contrato tiverem acesso serão tratados em seus respectivos ambientes.

25.9. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais objeto de tratamento em razão deste contrato, ressalvadas as hipóteses legais ou expressamente previstas no próprio contrato.

- 25.10. Responderão rápida e adequadamente CONTRATANTE e CONTRATADA às solicitações de informação da contraparte relacionadas ao tratamento dos dados pessoais.
- 25.11. Em caso de incidente envolvendo dados pessoais, tais como perda, alteração, acesso não autorizado, destruição, entre outros, CONTRATANTE e CONTRATADA informarão ao gestor do contrato e ao preposto ou representante da CONTRATADA imediatamente a ocorrência do incidente.
- 25.12. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, CONTRATANTE e CONTRATADA interromperão o tratamento imediatamente, salvo expressa disposição em contrário, e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminarão completamente tais dados armazenados ou os entregarão ao CONTRATANTE, conforme o caso, ressalvada a necessidade de mantê-los para cumprimento de obrigação legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO CONSENTIMENTO:

- 26.1. Nas hipóteses em que o consentimento do titular dos dados pessoais seja necessário para o tratamento, observar-se-á o disposto no item 25.4.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO:

- 27.1. O(A) CONTRATADO(A) declara estar ciente e comprometido(a) a cumprir integralmente a política de prevenção e combate ao assédio, à discriminação e a qualquer forma de conduta ilícita ou abusiva, conforme estabelecido na Resolução CNJ nº 351/2020, de 28 de outubro de 2020.
- 27.2. O(A) CONTRATADO(A) compromete-se a adotar práticas de conduta ética, respeitosa e inclusiva no ambiente de trabalho, promovendo um ambiente livre de assédio moral, sexual e de qualquer outra natureza discriminatória.
- 27.3. Caso haja denúncia ou suspeita de conduta que viole os princípios elencados no art. 3º da Resolução CNJ nº 351/2020, o(a) CONTRATADO(A) deverá comunicar imediatamente o CONTRATANTE, colaborando com as investigações e adotando as providências necessárias para a resolução da situação, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, visando assegurar o compromisso de ambas as partes com um ambiente de trabalho ético, respeitoso e livre de qualquer forma de discriminação ou assédio, em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes do CNJ.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 28.1. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 28.2. Os empregados incumbidos da entrega dos materiais não terão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.
- 28.3. Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria:
- 28.3.1. É dispensada a instrução dos pleitos, reclamações e esclarecimentos indicados no item anterior quando não preenchidos os pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021, em análise escrita por parte do gestor deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DO FORO:

- 29.1. Para dirimir todas as questões oriundas da execução do presente contrato fica eleito o Foro de Palmas - TO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustados e contratados, firmam este contrato, para que surta seus efeitos legais, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

(Assinatura por meio eletrônico – SEI/TJTO)

ANEXO

MINUTA - PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR DO CONTRATO

- O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso de suas atribuições legais,
- CONSIDERANDO** o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023;
- CONSIDERANDO** a necessidade de acompanhar e monitorar a execução de contratos celebrados entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e fornecedores de bens e/ou serviços;
- CONSIDERANDO**, ainda, o contrato nº ____/202_, referente ao Processo Administrativo nº _____, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e a empresa _____, que tem por objeto aquisição de _____para atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado

do Tocantins.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) _____ - matrícula _____, como gestor(a) do contrato nº ____/202____, e o(a) servidor(a) _____ - matrícula _____, como seu substituto(a), para, conhecerem as obrigações mútuas previstas no instrumento de contratual, acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução.

Parágrafo único – Verificada a ocorrência de falta ou defeito na execução do contrato, o gestor notificará a contratada para regularização do apontamento, caso em que, não sendo atendido ou justificado, no prazo estabelecido, deverá informar à autoridade competente sobre o ocorrido em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

ANEXO III

INSTRUÇÃO NORMATIVA TJ/TO Nº 6, DE 31 DE JANEIRO DE 2023

Dispõe sobre o processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o §1º do art. 12 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro);

CONSIDERANDO, diante da ausência de lei estadual específica, a pertinência de aplicação da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

RESOLVE:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece regramentos para a instauração e instrução dos processos administrativos sancionatórios e para a definição da dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Art. 2º No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, compete ao Presidente a aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO I

DAS PENALIDADES

Art. 3º As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste Capítulo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante ou a contratada:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato: Penalidade de advertência;
- II - dar causa à inexecução parcial ou total do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
- III - dar causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 30 (trinta) dias;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 120 (cento e vinte) dias;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 60 (sessenta) dias;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato ou comportar-se de modo inidôneo: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

X - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

XI - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 60 (sessenta) meses.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do caput como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de atender a convocações do Agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;

III - abandonar o certame;

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do caput como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do caput como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do caput deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do caput como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DAS PENALIDADES

Art. 4º As penas previstas nos incisos do caput do art. 3º desta Instrução Normativa serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) de sua pena-base, para cada agravante, até os limites máximos estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência das seguintes situações:

I - quando restar comprovado o registro de 3 (três) ou mais sanções aplicadas à licitante ou à contratada por parte de órgão ou entidade da Administração Pública Estadual em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - quando restar comprovado que a licitante tenha sido desclassificada ou inabilitada por não atender às condições do edital, sendo de notória identificação a impossibilidade de atendimento ao estabelecido no ato convocatório;

III - quando a licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

IV - quando firmada a convicção, no âmbito administrativo, que a licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; ou

V - quando a conduta acarretar prejuízo material grave ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão majoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 5º As penas previstas nos incisos II a VII do caput do art. 3º desta Instrução Normativa serão reduzidas pela metade, observados os limites mínimos estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, ou convertidas em sanções menos gravosas e desde que não tenha incidido qualquer agravante do art. 4º desta Instrução Normativa, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

I - quando restar comprovada a ausência de registro de sanção aplicada à licitante ou à contratada por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - quando a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha de menor repercussão da licitante ou da contratada;

III - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído e que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovada;

IV - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório e/ou contratual, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão minoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 6º A penalidade prevista no inciso IV do caput do art. 3º desta Instrução Normativa será afastada quando ocorrer a entrega da documentação fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízo ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e sejam observados, cumulativamente:

I - a ausência de dolo na conduta;

II - que o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior a sua quarta parte;

III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação dos prazos;

IV - que não tenha sido registrada sanção aplicada à licitante por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

CAPÍTULO III

DA INSTAURAÇÃO E INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO

Art. 7º Para a aplicação de qualquer penalidade contratual é imprescindível a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único. Na instrução dos processos administrativos sancionatórios deverão ser observadas as formalidades e os prazos previstos nesta Instrução Normativa, nos regulamentos internos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na Lei nº 14.133, de 2021 e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Federal nº 9.784, de 1999.

Art. 8º É dever de todo servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em especial os agentes de contratação, gestores e fiscais de contrato, comunicar à Diretoria-Geral acerca da ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possam se amoldar aos tipos infracionais previstos no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Além do dever de comunicação de que trata o caput deste artigo, os agentes de contratação, gestores e fiscais de contrato deverão, caso seja necessário, prestar auxílio e esclarecimentos necessários à instrução do processo administrativo e ao cálculo das multas pecuniárias.

Art. 9º A partir da comunicação de que trata o caput do art. 8º desta Instrução Normativa, cumpre à Diretoria-Geral realizar a instauração e instrução formal do processo administrativo sancionatório, compreendendo:

I - a realização das notificações formais às licitantes e/ou contratadas;

II - o controle dos prazos;

III - o recebimento e análise das respostas, manifestações e alegações dos investigados;

IV - a apreciação do pedido de produção de provas;

V - a produção de relatório final conclusivo apto a ensejar a deliberação da autoridade competente para a aplicação da sanção.

Parágrafo único. Caso a conduta que motivou a instauração do processo administrativo sancionatório possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, o processo administrativo sancionatório deverá ser conduzido por 2 (dois) servidores efetivos, devendo ser observadas as formalidades, os procedimentos e os prazos previstos no art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 10. Concluída a instrução do processo administrativo sancionatório, os autos serão submetidos ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para deliberação, observados os critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 11. Após esauridos os recursos administrativos cabíveis, a Diretoria Administrativa deverá adotar as providências necessárias ao registro das sanções aplicadas nos cadastros informados no art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 12. A licitante e/ou contratada sancionada poderá solicitar a sua reabilitação à Diretoria-Geral desde que presentes e devidamente comprovados os requisitos previstos no art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO IV

DA CONSENSUALIDADE EM MATÉRIA SANCIONATÓRIA

Art. 13. No processo administrativo sancionatório instaurado para apuração de condutas praticadas durante a execução contratual e que possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, poderá ser celebrado com a contratada compromisso de ajuste de conduta nos termos do art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, desde que observados os seguintes requisitos:

I - presença dos pressupostos previstos no próprio instrumento contratual;

II - que o acordo se apresente como a medida mais eficaz para o atendimento do interesse público e para a continuidade da prestação do serviço;

III - seja previsto no acordo que o afastamento da sanção dar-se-á em caráter condicional ao cumprimento integral das condições estabelecidas;

IV - haja prévia manifestação da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral antes da celebração do acordo.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins autorizar a celebração do compromisso de que trata o caput deste artigo.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. O teor desta Instrução Normativa deverá constar como anexo:

- I - dos instrumentos convocatórios das licitações promovidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- II - dos instrumentos contratuais decorrentes de processos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário, observada a ultratividade das normas revogadas nos termos do parágrafo único do art. 16 desta Instrução Normativa.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir do dia 15 de fevereiro de 2023.

Parágrafo único. Permanecem regidos pelos atos normativos revogados em observância ao art. 15 desta Instrução Normativa, os processos administrativos sancionatórios instaurados a partir de condutas praticadas em certames e em contratações regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Desembargador JOÃO RIGO GUIMARÃES
Presidente

ANEXO IV

Estudo Técnico Preliminar nº 198/2026
PRESIDÊNCIA/CECOM

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

UNIDADE TÉCNICA: Diretoria do Centro de Comunicação (CECOM)	DATA: 26/02/2026
RESPONSÁVEIS PELA FORMALIZAÇÃO: Paula Márcia Bittencourt Viana Klein Dalliana de Souza Correia Medeiros Nadiny Maria Almeida Parreira	MATRÍCULA: 353591 352783 378580
CATEGORIA DO OBJETO: Aquisição futura de kit institucional composto por agenda/planner, acompanhada de caneta metálica personalizada.	

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente contratação visa atender à necessidade identificada pela Diretoria do Centro de Comunicação – CECOM, relacionada à aquisição de **kit institucional composto por agenda/planner, acompanhada de caneta metálica personalizada**, destinados às unidades administrativas e judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
- 2.2. Busca-se assegurar a continuidade e a eficiência das atividades institucionais, por meio do aprimoramento da organização interna, do controle de prazos administrativos e processuais e do planejamento das rotinas de trabalho, observando os princípios da economicidade, da efetividade e da eficiência administrativa.
- 2.3. A adoção de instrumento padronizado de planejamento institucional contribui para a sistematização das rotinas, para o acompanhamento das metas estratégicas e para a melhoria da gestão do tempo no âmbito das unidades do Tribunal, fortalecendo a cultura organizacional voltada ao planejamento, ao controle e à produtividade.
- 2.4. Destaca-se ainda que a adoção de material institucional padronizado contribui para o fortalecimento da identidade visual do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, promovendo uniformidade na comunicação institucional e reforçando a imagem organizacional perante magistrados, servidores e colaboradores.

3. UNIDADE DEMANDANTE

UNIDADE DEMANDANTE: Diretoria do Centro de Comunicação Social (CECOM)	DATA: 26/02/2026
RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO: Paula Márcia Bittencourt Viana Klein	MATRÍCULA: 353591
E-MAIL: paula.klein@tjto.jus.br	TELEFONE: (63) 3142-2076

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. REQUISITOS DE QUALIDADE

- 4.1.1. O objeto deverá atender a padrões mínimos de qualidade técnica e operacional, observando normas e regulamentos aplicáveis ao setor gráfico e de brindes institucionais, garantindo desempenho, durabilidade, resistência ao uso contínuo e adequada apresentação estética.
- 4.1.2. As agendas/planners deverão possuir acabamento gráfico de alto padrão, com materiais que assegurem resistência ao manuseio diário durante todo o exercício anual, incluindo encadernação firme, laminação protetiva, impressão com fidelidade cromática e aplicação de elementos gráficos institucionais conforme identidade visual oficial do TJTO.
- 4.1.3. A caneta metálica personalizada deverá apresentar estrutura resistente, mecanismo de escrita suave e durável, gravação permanente da identidade institucional e acabamento compatível com o padrão institucional.

4.2. ELEMENTOS TÉCNICOS E MERCADOLÓGICOS

- 4.2.1. O objeto da presente contratação consiste em item único, caracterizado como kit institucional composto por agenda/planner, acompanhada de caneta metálica personalizada, destinado às unidades administrativas e judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
- 4.2.2. A agenda/planner deverá possuir formato aproximado de 24 x 14 cm, com encadernação em wire-o, cuja cor será definida no momento da requisição. A capa deverá ser confeccionada em capa dura, estruturada em papelão com gramatura aproximada de 2,0 mm, revestida em papel especial 170 g/m², com impressão em 5x5 cores. Deverá conter laminação BOPP fosca em frente e verso, aplicação de verniz UV localizado e hot stamp dourado, além de guarda em papel Curious Metallics 240 g/m², assegurando acabamento sofisticado, resistência ao manuseio contínuo e adequada apresentação institucional.
- 4.2.3. O miolo deverá apresentar dimensões aproximadas de 23,5 x 13,5 cm, contendo 200 folhas (400 páginas). Destas, 2 folhas (4 páginas) deverão ser confeccionadas em papel couchê 150 g/m², com impressão 4x4 cores e destaque gráfico, enquanto as demais páginas deverão ser produzidas em papel AP 120 g/m². O conteúdo deverá contemplar informações institucionais adicionais e os meses vigentes do exercício correspondente. A agenda/planner deverá conter fita separadora em cetim com largura aproximada de 5 mm, garantindo funcionalidade e praticidade no uso diário.
- 4.2.4. A caneta personalizada deverá ser confeccionada em corpo metálico fino, com acabamento colorido, acionamento por clique e tinta na cor azul. Deverá possuir ponteira touch com borracha na extremidade, compatível com dispositivos eletrônicos. As dimensões aproximadas deverão ser de 13,6 cm de comprimento por 1 cm de diâmetro, contendo área útil para gravação institucional aproximada de 4 cm x 0,6 cm. A gravação deverá ser permanente e observar rigorosamente a identidade visual oficial do Tribunal.
- 4.2.5. A arte gráfica da agenda/planner e da caneta será fornecida pela Diretoria do Centro de Comunicação (CECOM) no ato da requisição, devendo a contratada assegurar fidelidade cromática, precisão de aplicação e conformidade com o manual de identidade visual institucional.
- 4.2.6. A quantidade total estimada para a contratação é de 4.000 (quatro mil) unidades do kit completo.

4.3. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

- 4.3.1. A presente contratação possui natureza pontual, considerando tratar-se de aquisição específica destinada ao atendimento da demanda institucional do exercício correspondente., vinculada ao planejamento anual da Administração.
- 4.3.2. O objeto consiste na aquisição de bem, com fornecimento em entrega única e integral do quantitativo contratado, não se tratando de contratação de natureza continuada. Apesar de sua utilização ocorrer ao longo do exercício, a execução contratual encerra-se com a entrega definitiva dos itens, conforme quantitativo previamente estabelecido pela Administração.

4.4. DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO

- 4.4.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, encerrando-se com o cumprimento integral das obrigações pelas partes.

4.5. IDENTIFICAÇÃO DE OBJETOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS

- 4.5.1. Foram identificadas no mercado gráfico e promocional diversas empresas especializadas na confecção de agendas/planners personalizados de alto padrão e brindes institucionais metálicos, aptas a atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar.
- 4.5.2. A pesquisa preliminar demonstra a existência de múltiplos fornecedores com capacidade produtiva compatível com o quantitativo estimado, garantindo competitividade, isonomia e viabilidade mercadológica da contratação.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

- 5.1. Foram identificadas no mercado empresas especializadas na confecção e fornecimento de agendas/planners personalizados institucionais, aptas a executar integralmente o objeto pretendido, incluindo impressão gráfica personalizada, acabamentos especiais e fornecimento de brindes metálicos personalizados.
- 5.2. Dentre as soluções disponíveis, verificaram-se as seguintes alternativas aptas ao atendimento da necessidade institucional:

I – contratação de gráfica especializada para produção integral do kit institucional personalizado, contemplando agenda/planner e caneta metálica personalizada;

II – contratação separada de fornecedores distintos, sendo um para produção gráfica das agendas/planners e outro para fornecimento das canetas personalizadas;

III – aquisição de agendas padronizadas prontas de mercado, com personalização limitada da identidade visual institucional.
- 5.3. A solução prevista no inciso I mostrou-se a mais adequada ao atendimento da necessidade administrativa, considerando a possibilidade de fornecimento integral do objeto por único contratado, assegurando padronização estética, uniformidade dos materiais, compatibilidade visual da identidade institucional e melhor gerenciamento contratual.
- 5.4. A solução indicada no inciso II, embora viável, pode ocasionar maior complexidade administrativa e operacional, em razão da necessidade de gestão de múltiplos contratos, além do risco de divergência entre padrões de acabamento, tonalidade, identidade visual e cronogramas de entrega.

5.5. A alternativa prevista no inciso III não atende integralmente às necessidades institucionais, considerando as limitações quanto à personalização gráfica, qualidade dos acabamentos e adequação à identidade visual oficial da instituição.

5.6. Dessa forma, conclui-se que a contratação de empresa especializada para confecção integral do kit personalizado constitui a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e administrativo, garantindo atendimento integral aos requisitos definidos neste Estudo Técnico Preliminar, bem como maior eficiência na execução contratual.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

6.1. Considerando que o levantamento de mercado demonstrou a existência de múltiplos fornecedores aptos à execução integral do objeto, a solução adotada consiste na contratação de empresa especializada no segmento gráfico e promocional, com capacidade técnica comprovada para produção de kit institucional composto por agenda/planner, acompanhada de caneta metálica personalizada, de alto padrão, acompanhados de caneta metálica personalizada, conforme especificações estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar.

6.2. A alternativa selecionada não se vincula a marca ou fornecedor específico, mas à solução técnica caracterizada pela produção integral do kit institucional em ambiente industrial com domínio das técnicas de impressão offset, aplicação de laminação BOPP, verniz UV localizado, hot stamp, encadernação wire-o, confecção de miolo personalizado em múltiplas gramaturas e gravação permanente em caneta metálica com ponteira touch.

6.3. Dentre as soluções analisadas, a contratação de empresa com estrutura gráfica completa e capacidade de execução integrada apresentou melhor desempenho global, ao conciliar qualidade técnica elevada, capacidade produtiva compatível com o quantitativo estimado, garantia de padronização institucional e viabilidade econômica decorrente da produção em escala.

6.4. A solução escolhida demonstra aderência integral aos requisitos técnicos definidos, assegura fidelidade à identidade visual oficial do Tribunal e possibilita controle de qualidade uniforme em todas as unidades fornecidas.

6.5. Recomenda-se, portanto, a adoção da solução descrita como a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e administrativo, em conformidade com os princípios da eficiência, da economicidade e da competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD TOTAL	ITEM PAC	CATMAT
01	<p>Agenda/Planner com Caneta:</p> <p>Agenda/planner: 24x14cm, Wire-o na cor a definir no ato do pedido. Capa: 14x24cm. Contracapa: 22x24cm duas dobras. Capa dura em papelão, gramatura 2.0, revestimento em papel especial 170g, 5x5 cores, laminação bopp fosca (Frente e Verso) Verniz Uv Localizado, Hot Stamp Dourado, guarda em Curious Metallics 240 gramas e fechamento com imã.</p> <p>Miolo: 23.5x13,5cm 200 folhas (400 páginas), sendo 2 folhas (4 páginas) com destaque, em papel couchê 150gr, impressão 4x4 cores, papel AP 120gr, divisórias com abas, contando informações adicionais e meses vigentes, com fita separadora de cetim 5mm.</p> <p>Post it: cinco blocos de 20 folhas cada, em cores diferentes, no tamanho 2x6cm; dois blocos de 20 folhas cada, em cores diferentes, no tamanho 8x6. Serão fixados em local a ser definido.</p> <p>Caneta: Em metal fina com ponteira touch, tinta azul, corpo colorido, com borracha touch na ponta da caneta, aciona por clique, na cor a definir no ato do pedido, medidas aproximadas para gravação 4cmx0,6cm e tamanho total aproximadamente 13,6cmx1cm.</p> <p>Fotos ilustrativas:</p>	KIT	4.000	674	397537



A arte será fornecida no ato da requisição pelo CECOM.

O pedido será total.

7.1. MÉTODO UTILIZADO PARA ESTIMATIVA

7.1.1. A estimativa quantitativa foi elaborada com base no número total de integrantes do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, abrangendo Desembargadores, Juízes de Direito, servidores efetivos, servidores ocupantes de cargos em comissão, servidores cedidos, estagiários, nomeados e demais colaboradores que compõem o quadro funcional do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, considerando a diretriz institucional de disponibilização do instrumento de planejamento a todo o corpo funcional, tanto das unidades judiciais quanto administrativas.

7.1.2. Para maior precisão da estimativa, foram igualmente considerados os dados históricos de consumo referentes a exercícios anteriores, permitindo a análise do padrão de utilização institucional e o comportamento da demanda ao longo do tempo. A metodologia adotada fundamenta-se em critérios técnicos e objetivos, buscando assegurar aderência à realidade administrativa do Tribunal, evitar superdimensionamento ou subdimensionamento da contratação, promover o uso racional dos recursos públicos e garantir o atendimento integral e equânime a todas as unidades judiciais e administrativas do Poder Judiciário tocantinense.

7.2. CONTRATAÇÕES ANTERIORES

7.2.1. Verifica-se que o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins realizou, em exercícios anteriores, contratações de agendas institucionais destinadas às unidades administrativas e judiciais, com a finalidade de apoiar a organização das atividades funcionais, o controle de prazos e o planejamento das rotinas de trabalho.

7.2.2. Nos exercícios anteriores a 2025, o objeto contratado consistia em agendas institucionais personalizadas, com características compatíveis com o padrão gráfico adotado pelo Tribunal à época.

7.2.3. No exercício de 2025, houve a contratação de agendas em formato de planners, modelo que incorporou funcionalidades ampliadas de organização e planejamento, mantendo-se, contudo, a mesma finalidade institucional e a padronização visual do Tribunal.

7.2.4. A experiência obtida com a contratação do modelo agendas/planners demonstrou aderência às necessidades institucionais, boa aceitação pelos usuários e compatibilidade com a dinâmica de trabalho das unidades judiciais e administrativas.

7.2.5. A presente contratação mantém a continuidade da solução adotada no exercício anterior, promovendo evolução qualitativa do instrumento de planejamento institucional, sem descaracterizar a natureza do objeto historicamente contratado.

7.3. MÉMORIAS DE CÁLCULO

7.3.1. As memórias de cálculo foram elaboradas com base:

- a) no quantitativo global de integrantes do quadro funcional do Poder Judiciários (desembargadores, magistrados, servidores efetivos e comissionados, cedidos e estagiários);
- b) na necessidade de atendimento integral das unidades judiciais e administrativas;
- c) no histórico de consumo de exercícios anteriores;
- d) na projeção de demanda para o exercício 2026.

7.3.2. A metodologia adotada assegura rastreabilidade, coerência com a realidade institucional e alinhamento ao Plano Anual de Contratações – PAC 2026, evitando superdimensionamento e garantindo compatibilidade com a capacidade orçamentária.

8. PROJEÇÃO APROXIMADA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor global estimado da presente contratação é de aproximadamente **R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)**, considerando o quantitativo estimado de 4.000 (quatro mil) unidades do kit institucional composto por agenda/planner, acompanhada de caneta metálica personalizada, ao valor referencial de R\$ 40,00 (quarenta reais) por unidade.

8.2. Os valores apresentados possuem caráter meramente referencial e destinam-se exclusivamente ao planejamento da contratação, estando sujeitos à confirmação e eventual adequação mediante realização de pesquisa formal de preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Foi analisada a possibilidade de parcelamento do objeto, nos termos do art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021, com vistas a ampliar a competitividade e promover maior economicidade à Administração.

9.2. Considerando que o objeto consiste em kit institucional composto por agenda/planner, acompanhada de caneta metálica personalizada, cuja execução demanda padronização gráfica, uniformidade de acabamento e controle integrado de qualidade, conclui-se que o parcelamento técnico do objeto não se mostra recomendável.

9.3. A eventual divisão entre fornecimento de agenda/planner e da caneta poderia comprometer a padronização institucional, gerar riscos de divergência estética, incompatibilidade de prazos de entrega e aumento de custos administrativos decorrentes da gestão de múltiplos contratos.

9.4. Dessa forma, conclui-se pela inviabilidade técnica do parcelamento do objeto, recomendando-se sua contratação como item único, preservando a uniformidade institucional, a eficiência operacional e a economicidade global da contratação.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

10.1. Após análise da demanda, não foram identificadas contratações interdependentes necessárias à execução do objeto pretendido, considerando que a contratação do kit institucional personalizado possui autonomia técnica e operacional própria.

10.2. Verificou-se a existência de contratações correlatas relacionadas à prestação de serviços gráficos institucionais no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, destinadas à produção de materiais administrativos e institucionais diversos, sem, contudo, haver vinculação direta ou dependência operacional com o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

10.3. A presente contratação possui escopo específico, quantitativo próprio e planejamento individualizado no Plano Anual de Contratações – PAC 2026, não havendo sobreposição contratual nem necessidade de contratação acessória para sua plena execução.

11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação proposta proporcionará benefícios institucionais relevantes e mensuráveis, alinhados aos objetivos estratégicos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

11.2. A disponibilização de agenda/planner acompanhado de caneta metálica personalizada, contribuirá para a melhoria da organização das atividades administrativas e judiciais, favorecendo o controle sistemático de prazos, compromissos e demandas funcionais.

11.3. Espera-se, como reflexo direto, maior disciplina organizacional, incremento da produtividade individual e setorial e redução de falhas decorrentes de esquecimento ou descontrole de atividades.

11.4. A padronização do instrumento de planejamento reforçará a identidade visual institucional, promoverá uniformidade administrativa entre as unidades da capital e do interior e fortalecerá a cultura organizacional voltada ao planejamento, à eficiência e à gestão por resultados.

11.5. Adicionalmente, a iniciativa contribui para a racionalização de rotinas, para o acompanhamento mais eficiente das metas estratégicas e para a melhoria contínua da governança interna, gerando impactos indiretos positivos na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

12. PROVIDÊNCIAS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Não foram identificadas providências específicas extraordinárias a serem adotadas previamente à formalização da contratação.

12.2. Serão observadas as providências administrativas usuais, incluindo a formalização da reserva orçamentária correspondente, a realização de pesquisa de preços conforme a legislação vigente, a elaboração do Termo de Referência e demais atos instrutórios necessários à regular tramitação do processo administrativo.

12.3. A arte institucional será fornecida pela Diretoria do Centro de Comunicação – CECOM no momento oportuno, não havendo necessidade de medidas preparatórias adicionais de infraestrutura ou adequação técnica.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. A presente contratação envolve a produção de material gráfico impresso, implicando consumo de papel, insumos gráficos e componentes metálicos, o que pode gerar impactos ambientais indiretos relacionados à utilização de recursos naturais e à geração de resíduos industriais.

13.2. Contudo, os impactos identificados são de baixa relevância ambiental e compatíveis com a natureza do objeto, especialmente considerando tratar-se de fornecimento pontual, com quantitativo previamente dimensionado para evitar desperdícios e superdimensionamento.

13.3. Como medida mitigadora, recomenda-se que a futura contratação contemple, sempre que possível, práticas sustentáveis, tais como utilização de papel proveniente de manejo florestal responsável ou com certificação ambiental, correta destinação de resíduos pela contratada e adoção de processos produtivos que minimizem desperdícios.

13.4. A Administração deverá, ainda, observar critérios de sustentabilidade previstos na legislação aplicável e nas diretrizes de compras públicas sustentáveis, promovendo equilíbrio entre eficiência administrativa e responsabilidade ambiental.

14. PREVISÃO NO PCA

14.1. A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano Anual de Contratações – PCA do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, exercício 2026, conforme item 674, vinculado ao Processo SEI nº 25.0.000008858-0.

14.2. A inclusão prévia no PCA demonstra o adequado planejamento da demanda, assegurando alinhamento com a programação orçamentária anual, com as diretrizes administrativas institucionais e com os princípios da governança pública.

15. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Com base nas informações constantes no Documento de Formalização da Demanda – DFD, evento 6979936, nas análises técnicas realizadas e no levantamento preliminar de mercado, conclui-se pela viabilidade técnica, econômica e administrativa da contratação do kit institucional composto por agenda/planner, acompanhada de caneta metálica personalizada.

15.2. Sob o aspecto técnico, verificou-se que o mercado dispõe de fornecedores aptos a atender integralmente às especificações definidas, com capacidade produtiva compatível com o quantitativo estimado e domínio das técnicas de acabamento gráfico e personalização requeridas.

15.3. Do ponto de vista econômico, a estimativa preliminar de valor encontra-se compatível com o planejamento orçamentário constante no Plano Anual de Contratações – PCA 2026, não havendo indícios de inviabilidade financeira ou desproporcionalidade do investimento frente aos benefícios institucionais esperados.

15.4. Sob o aspecto administrativo, a contratação demonstra alinhamento com os objetivos estratégicos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, contribuindo para a melhoria da organização interna, fortalecimento da identidade institucional e incremento da eficiência operacional.

15.5. Dessa forma, conclui-se que a contratação é viável e recomendável, observadas as etapas subsequentes de instrução processual, especialmente quanto à formalização da pesquisa de preços, elaboração do Termo de Referência e demais exigências previstas na Lei nº 14.133/2021.

Documento assinado eletronicamente por **Leticia do Socorro Barbosa Azevedo, Secretária**, em 17/06/2026, às 15:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **7199173** e o código CRC **41ECAED9**.

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - Palmas/TO, CEP 77.001-036
- <http://www.tjto.jus.br/>

26.0.000003591-17199173v10